GESAM alinha ações do Programa VSPEA nos Municípios Prioritários

Entre os meses de março e junho de 2026, a Gerência de Saúde Ambiental (GESAM), vinculada à Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina (DIVS/SC), promoveu uma série de reuniões de alinhamento com os 15 municípios prioritários do estado e suas respectivas Regionais de Saúde, tendo como pauta o Programa de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos de Santa Catarina (VSPEA/SC).

O principal objetivo das reuniões foi aproximar a gestão estadual da realidade local, conhecendo de perto os municípios participantes, além de acompanhar e verificar o andamento das ações que já haviam sido pactuadas nos anos anteriores

As reuniões contemplaram municípios estratégicos distribuídos por diversas regiões do estado: **Lauro Müller** (Regional de Saúde de Criciúma), **Antônio Carlos** (Regional de Saúde da Grande Florianópolis)**, Imbuia, Ituporanga e Santa Terezinha** (Regional de Saúde de Rio do Sul), **Concórdia** (Regional de Saúde de Concórdia), **Campos Novos** (Regional de Saúde de Joaçaba), **Abelardo Luz** (Regional de Saúde de Xanxerê), **Palmitos** (Regional de Saúde de Chapecó), **São José do Cedro (**Regional de Saúde de São Miguel do Oeste), **Irineópolis, Mafra, Itaiópolis, Papanduva e Canoinhas** (Regional de Saúde de Mafra).

Participaram profissionais dos setores de Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Atenção Primária de Saúde dos municípios acima citados e das Regionais de Saúde, entre outros setores do estado de Santa Catarina que estão diretamente envolvidos com os agricultores, como a Cidasc e Epagri.

A iniciativa buscou fortalecer a integração entre os setores responsáveis pela implantação e coordenação das ações que devem ser desenvolvidas pelo município, com foco na prevenção da saúde da população, visando promover a qualidade de vida.

É preciso lembrar que, segundo as diretrizes do Ministério da Saúde (MS), para considerar a VSPEA efetivamente implantada nos municípios prioritários, exige-se o cumprimnto de três requisitos fundamentais:

1. **Criação de Grupo de Trabalho (GT)** ou estrutura similar para gestão do programa no município.
2. **Elaboração de um Plano de Ação** específico voltado às especificidades do território.

3. **Notificação regular dos casos de intoxicação exógena** por agrotóxicos nos sistemas de informação do SUS (SINAN).